

As Novas Configurações Familiares e suas Repercussões no Ambiente Escolar

Francismare Oliveira de Amorim ¹

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar uma discussão acerca das transformações no conceito de família na contemporaneidade, a importância das redes sociais de apoio e os desdobramentos das reconfigurações familiares nos âmbitos privado e público, sobretudo, na escola e se baseia numa revisão integrativa da literatura científica. Verificou-se que diante das transformações na estrutura da família, as redes sociais de apoio são apontadas como fatores preponderantes para a manutenção do equilíbrio da dinâmica familiar. O modelo relacional de família internalizado- a família nuclear- leva os/as profissionais que estudam e lidam com as famílias, a tratarem as novas configurações familiares numa perspectiva de desigualdade ou incompletude. Isso se deve, em grande parte, ao desconhecimento das características das famílias atendidas, ou uma imagem estereotipada das mesmas. Todavia, sejam tradicionais ou modernas, as tipologias familiares coexistem na contemporaneidade e são caracterizadas pela diversidade nos modos de vivenciar a conjugalidade, os afetos, as individualidades e subjetividades e ainda produzem modos de perceber, sentir e orientar a vida de seus membros. A escola, como espaço sistemático de aprendizado e formação de identidades, se constitui uma importante rede de apoio que, juntamente com a família, instituição primeira de socialização da pessoa, tem o desafio de ante as transformações e novas demandas da sociedade contemporânea, promover práticas educativas democráticas que acolham e respeitem a diversidade.

Palavras-chave: Famílias. Escola. Redes de apoio. Configurações familiares.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças nas dinâmicas familiares estão intrinsecamente relacionadas às mudanças no papel da mulher que ocorreram ao longo do século XX: entrada no mercado de trabalho, maior acesso à instrução formal e à profissionalização, bem como a busca pela valorização profissional e satisfação para as necessidades pessoais e profissionais. Essa busca implicou na necessidade de a mulher ocupar novos espaços, repercutindo na opção por novas escolhas e conquistas que

¹ Mestranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador, na linha de pesquisa Família nas Ciências Sociais. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (2006). E-mail: francismare.pacto.em@gmail.com

resultaram em novas formas de vivenciar a conjugalidade (ALMEIDA e MOREIRA, 2011).

Cabe ressaltar que, nessa sociedade em mudança, o modelo nuclear ou elementar, formado pelo pai e mãe, unidos por matrimônio, união de fato, contendo um ou mais filhos, também passou por uma reestruturação dos papéis no âmbito familiar. Isto porque, como apontado por Almeida e Moreira (2011, p. 189), “o casal da atualidade vivencia novas formas de comportamento e de trocas”. Além disso, esse modelo tradicional passou a dividir espaço com outras tipologias familiares. Constata-se um aumento das chamadas novas formas de família, como por exemplo, as famílias monoparentais, de adoção, reconstituídas e as homoafetivas.

A família vem se adaptando e se reorganizando quanto às influências e intempéries externas (PETRINI, 2003 *apud* LEAL e MOREIRA, 2011). Neste cenário de produção de novas estruturas familiares, redefinições e reconfiguração dos papéis masculino e feminino, com forte impacto na organização familiar, abrem-se espaços para que sejam formadas e se fortaleçam redes de apoio, com a inserção de colaboradores, inclusive, para participarem da educação dos filhos. Neste sentido, a escola, esse espaço sistemático de aprendizado e formação de identidades, se constitui uma importante rede de apoio que, juntamente com a família, instituição primeira de socialização da pessoa, tem o desafio de ante as transformações e novas demandas da sociedade contemporânea, promover práticas educativas democráticas que acolham e respeitem a diversidade.

Família e escola, devem ser agências democráticas, propulsoras do crescimento físico, intelectual, emocional e social do indivíduo (LEAL e MOREIRA, 2011). Na perspectiva de que quem faz o indivíduo é o encontro humano, o incremento das redes pode gerar estratégias para trabalhar as frustrações, ajudar no desenvolvimento de mecanismos de defesa e resiliência, frente às situações de risco, das quais emergem a exclusão e a vulnerabilidade. Neste contexto de mudanças estruturais na sociedade brasileira, a releitura e o repensar das idiossincrasias existentes entre a escola e a família são prementes (LEAL e MOREIRA, 2011).

O presente trabalho se delinea a partir do cenário supracitado. Propõe apresentar uma discussão acerca das transformações no conceito de família na

contemporaneidade, a importância das redes sociais de apoio e os desdobramentos das reconfigurações familiares nos âmbitos privado e público, sobretudo, na escola.

2 FAMÍLIA: UM CONCEITO EM TRANSFORMAÇÃO

A família pode ser compreendida como uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem um compromisso de cuidado mútuo (SYZMANSKI, 2008). A despeito das diversas possibilidades que essa afirmação abrange sobre definição de família, é importante discutir as repercussões das mudanças ocorridas no padrão tradicional de família- patriarcal e nuclear- com clara divisão sexual de papéis - o pai é provedor e a mãe cuida da casa e dos filhos- e como e por quê esse padrão de família ainda é considerado dominante e socialmente aceito. Isto porque, as novas configurações familiares, para alguns, trazem em seu bojo a ideia de que a família teria chegado ao fim ou vive um sério problema de desestruturação.

Ao discutirem a atual situação da família, Boutin e Durnin (1994) *apud* Szymanski (2002, p. 20), sugerem que a transformação dos modelos familiares se fundamenta em três pilares fundamentais: mudanças das formas conjugais, dos modos da gestão da natalidade e no modo de compartilhar os papéis parentais. A transformação das formas da vida conjugal manifesta-se pelo aumento da monoparentalidade (predominantemente feminina) e da taxa de divórcios e recasamentos, com a conseqüente recomposição do casal. Trata-se de uma transformação na instituição familiar, pois o que se observa é o surgimento de novos modos de ser entre homens, mulheres e filhos, partilhados por muitos casais contemporâneos e que terminarão por constituir novas regras (SZYMANSKI, 2002).

Na esteira das transformações na estrutura da família, as redes sociais de apoio são apontadas como fatores preponderantes para a manutenção do equilíbrio da dinâmica familiar (DENSSEN e BRAZ, 2000 *apud* ALMEIDA e MOREIRA, 2011). Elas são consideradas necessárias para que os pais voltem ao trabalho e mantenham asseguradas a educação e o cuidado dos filhos, sobretudo os pequenos, que precisam da assistência de pessoas adultas, o que acarreta na necessidade da presença de terceiros. Além disso, as redes de apoio são

destacadas como importante ferramenta para melhorar a díade mãe-filho. As redes podem ser formadas por avós e outros parentes, pessoas contratadas, como as babás e, ainda, por instituições de educação (ALMEIDA e MOREIRA, 2011). Cabe salientar que, nas classes populares, essas redes podem ser constituídas por parentes- pessoas sem relação consanguínea, mas que estabelecem laços afetivos, troca de serviços e apoio (MELLO, 1992).

A rede de apoio social, de acordo com Brito e Koller (1999, p. 115), é “o conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. O afeto foi agregado à essa compreensão como importante elemento para construção e manutenção do apoio. Brito e Koller (1999), sinaliza que o apoio social e afetivo são importantes dimensões do desenvolvimento humano e bem-estar do indivíduo e que a primeira rede de apoio é a família (BRITO e KOLLER, 1999).

As transformações ocorridas na família apontam para a necessidade de percebê-la, como sinalizado por Sarti (1999) apud Sarti (2010, p. 26), “ de acordo com o sentimento a ela atribuído por quem a vive, considerando-o um ponto de vista”. Nessa perspectiva, a autora defende que a família seja pensada como uma “categoria nativa”. Sarti (2010, p. 27) sinaliza a necessidade de “escutar a história que as famílias sobre si mesmas, no quadro das mudanças familiares”. Esta perspectiva dialógica sobre as dinâmicas familiares também é defendida por Fonseca (2005), ao argumentar a necessidade de aprofundamento e discussão sobre o que é uma família e como ela pode servir ou não de recurso em programas de intervenção, a partir da comunicação entre técnicos que atuam na intervenção e a população.

Os estudos das autoras supracitadas, ressaltam a necessidade de realizar algumas demarcações para tentar entender as dinâmicas familiares: a linguagem usada pela família para entender seus processos; a análise dessas famílias sob o prisma dos “modos de vida” aferrados numa situação de classe. Não se pode descartar que o viés étnico-racial também se constitui uma importante categoria para a análise dessas estruturas e dinâmicas familiares. Por fim, as autoras sinalizam a imprescindibilidade de romper com o modelo idealizado e naturalizado acerca da instituição familiar e ponderam quão primordial deve ser a escuta do outro

(FONSECA, 2005; SARTI, 2010). Nessa acepção, o espaço de escuta pode ser um lugar de dignificação, à medida que o espaço dialógico viabiliza o desprendimento da ideia de família a que cada um se identifica e oportuniza olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista.

3 MODELOS FAMILIARES: A IMPORTÂNCIA DE FOCAR NO QUE É E NÃO NO QUE DEVERIA SER

As interações familiares são muito importantes na rede de apoio social de uma pessoa (BRITO e KOLLER, 1999). As referidas autoras evidenciam que ao longo do desenvolvimento, família e amigos tem relevância na vida da pessoa e estão ligados à manutenção do bem-estar e saúde e na construção da sua rede social e afetiva. A compreensão da importância das redes sociais e afetivas fornece ferramentas para entender as dinâmicas familiares à medida que podem identificar a existência e idiosincrasias de uma configuração familiar. Em camadas populares, por exemplo, a ideia de família não se vincula diretamente aos laços consanguíneos. Para essas pessoas, a noção de família se configura a partir de uma rede de obrigações morais recíprocas, na qual “são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2010, p. 27). Esse modelo de família extensa coexiste com outros ao longo da história e se destina ao apoio mútuo em um contexto socioeconômico hostil.

É importante compreender que, embora o valor família tenha grande peso em todas as camadas da população brasileira, cada uma delas atribui um valor diferente à essa instituição. Para o antropólogo brasileiro Luís Fernando Duarte (1994) *apud* Fonseca (2005), entre pessoas de elite, prevalece a família como linhagem, pessoas orgulhosas de seu patrimônio, que mantêm entre elas um espírito corporativista. Entre as camadas médias, a família nuclear é a mais aceita e identificada com a modernidade. Entre os grupos populares, o conceito de família se fundamenta nas atividades domésticas do cotidiano e nas redes de ajuda mútua.

Ao analisar a existência de diferentes modelos familiares, é importante lembrar que o modelo da família brasileira se assentou, durante muitos anos, no patriarcado, marcado pela moral do homem. Ao considerar a moral patriarcal- que

hierarquiza os gêneros e atribui valores diferenciados à mulheres e homens- se percebe que, apesar dos avanços em direção à aceitação da diversidade de famílias, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de ressignificar essas mudanças e a pluralidade das estruturas familiares. O estabelecimento de padrões normativos, como o da família nuclear, no Brasil, não contempla, como destacado por Fonseca (2005), um vasto leque de possibilidades que perpassam desde a definição dos membros relevantes de uma rede familiar até a forma como esta é operacionalizada. Para dar conta dessas singularidades, Fonseca (2005), destaca a relevância de falar de dinâmicas e relações familiares, antes do que de um modelo ou unidade familiar.

As repercussões metodológicas do recorte “modo de vida”, investigadas por Fonseca (2005, p. 06), sinalizam que no estudo da família, ao “repertoriar as normas hegemônicas”, certas pessoas se aproximam mais do ideal da família conjugal nuclear do que de outras tipologias familiares. Neste cenário, nos primeiros estudos realizados sobre família, os pobres eram vistos como “a massa amorfa” dos “sem-família” (FONSECA, 2005 p. 06). Esta perspectiva de análise suscita a reflexão de como o estabelecimento de modelos pode impedir uma visão mais acurada da realidade, haja vista que à medida que os atores criam normas alternativas e subvertem a norma oficial, por meio de suas práticas cotidianas, estão constantemente renegociando e transformando valores. Neste cenário, se assentam as transformações na sociedade e na família (FONSECA, 2005).

A reflexão acerca da prevalência dos modelos normativos e hegemônicos de família também permeou um estudo realizado por Mello (1992). Para a autora, a tomada de tais modelos como padrões, atribuindo a outros os desvios e as quebras de normalidade, trazia em seu cerne um caráter ideológico. Ao serem veiculados, das mais variadas formas, como o certo, o bonito, o desejável e serem interiorizados pelos indivíduos, os modelos normativos e hegemônicos de família se tornam “fundamentos políticos de dominação, através de atribuições de caráter negativo e estigmatizante” (MELLO, 1992, p. 127).

As mudanças na estrutura da família, sobretudo nas camadas populares, costumam ser relacionadas à desorganização familiar que, por sua vez, é associada à fracasso escolar e adaptativo das crianças, fonte da violência e da marginalidade

dos jovens. Em síntese, à desordem familiar é atribuída o fracasso moral de seus membros (MELLO,1992). A referida autora sinaliza a necessidade de afastar as categorias de organização e desorganização, no que se refere à família pois, de acordo com seus estudos, quanto mais afastados se estiver dos estratos médios da população urbana, menos hegemonia será encontrada nas formas como se estruturam as famílias. As famílias populares urbanas guardam idiossincrasias nos seus modos de vida que se relacionam muito mais com formas diferentes de organização do que com desorganização. Há que se considerar que essas famílias, com suas singularidades, também podem se constituir locais de proteção e fortalecimento para seus membros.

Neste contexto, em que os processos e a dinâmica de funcionamento das famílias de classes populares se mostram tão complexos e diversos, é preciso considerar que muitos desses grupos familiares evidenciam uma unidade familiar e um sistema moral fortalecido. Dessa forma, mesmo vivendo sob condições de risco e vulnerabilidades diversas, essas novas configurações familiares cumprem seu papel de ser um contexto que propicia o desenvolvimento saudável de seus membros e não, invariável e inevitavelmente, disfuncionalidades. Daí, emerge a necessidade de “descolonizar” o olhar técnico que para Fonseca (2005, p. 50), “permite uma interação dialógica capaz de reforçar, antes de reprimir, recursos tradicionais na situação em que se pretende intervir”. Esses espaços dialógicos, onde se privilegia a escuta do outro, se constituem espaços de elaboração e modelos mais democrático de relações entre as famílias e os profissionais que lidam com elas.

4 NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: UM DESAFIO PARA A ESCOLA

Para Jablonski (2007) apud Leal e Moreira (2011), o conceito de família é redefinido a partir de todas as novas formas de estruturas familiares. Todavia, o modelo nuclear, na ótica da escola, ainda é visto como dominante e socialmente aceito por muitos educadores. Cruz (2008) apud Leal e Moreira (2011, p. 71), aponta que as novas estruturas familiares ainda são relacionadas por muitos educadores, à problemas existentes para o processo ensino-aprendizagem de crianças e jovens.

Segundo Petrini e Dias (2013, p. 27), ainda que a família não deva ser culpabilizada,

problemas como repetência e evasão escolar, envolvimento de adolescentes com drogas e alcoolismo, maternidade e paternidade precoces, comportamentos agressivos e antissociais, trabalho infantil, prostituição e marginalização social estão quase sempre associados a contextos e a ambientes circunstantes problemáticos.

Os autores sinalizam que “o enfraquecimento dos vínculos familiares multiplica as famílias confiadas a um único genitor, quase sempre a mãe”. Reportam a dificuldade de criar, cuidar e prover sozinha o filho e o sustento da família e a importância de uma relação com um pai e uma mãe para o desenvolvimento equilibrado do “eu” da criança² (PETRINI E DIAS, 2013, p. 27). Além disso, os autores chamam atenção para a existência de “arranjos”³ familiares que são mais vulneráveis à pobreza.

Segundo Esping- Andersen (1999) apud Petrini e Dias, (2013, p. 28), “as novas, ‘atípicas’ formas familiares- especialmente a monoparental- são frequentemente muito vulneráveis à pobreza”. Todavia, é preciso discutir que a etiologia da vulnerabilidade dessas famílias talvez esteja muito mais relacionada à fragilidade financeira e educacional, à sobrecarga de trabalho e luta pela

² Ao relacionar disfuncionalidades, desorganização e desestrutura familiar à ausência da figura paterna, é necessário pensar quais contextos permearam e permeiam o declínio da figura do pai e como vem ocorrendo sua reorganização. Sarti (2004) apud Carvalho et al. (2015) destaca a importância de entender que o desaparecimento e exclusão dos homens no caso de famílias da classe trabalhadora, por exemplo, podem estar relacionados a casos de abuso masculino. Neste cenário, o afastamento do pai pode gerar um ambiente mais saudável para os membros da família bem como o desenvolvimento de mecanismos de resiliência e estabelecimento de redes de apoio que ressignifiquem os laços familiares. Carvalho et al. (2015) ainda ressaltam que a presença paterna pode ser favorável tanto ao desenvolvimento do filho quanto da mãe, ao compartilhar as responsabilidades e dividir atividades cotidianas. Todavia, pode ser disfuncional, como nos casos de alcoolismo, por exemplo, cabendo um maior apoio de familiares e não-familiares. Outros aspectos relacionados ao declínio e reorganização da figura do pai estão presentes em CARVALHO, A. B. de; MOREIRA, L. V. de Campos; RABINOVICH, E. P. “A figura do pai: entre declínio e reorganização”. In: BASTOS, Ana Cecília de Souza et al. Org. Família no Brasil - Recurso para a Pessoa e Sociedade. Curitiba: Juruá, 2015, pp. 419-439.

³ A palavra “arranjo” pode reportar, segundo o dicionário on line Michaelis, “à reposição em atividade de algo que estava parado, desregulado, quebrado etc.; conserto, reparo”, ou, ainda, “à relação amorosa extraconjugal; cacho, caso”. Por isso, usaremos a terminologia “reconfiguração”, por entender que a família vem sofrendo um processo de assumir novas formas, novas configurações. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>.

sobrevivência, a um sistema socioeconômico de classes que marginaliza e subjuga estas famílias, às políticas sociais e econômicas que não promovem o empoderamento dessas famílias e de seus membros do que, necessariamente, a forma como elas se estruturam. Como discutido anteriormente, mesmo em condições de pobreza, algumas famílias que divergem do modelo “tradicional”, conseguem ser “amortecedores” do sistema financeiro, constituem mecanismos para provimento das condições emocionais dos seus membros, habilidade na tomada de decisões e na superação dos desafios que se apresentam. Estudos brasileiros destacam que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres podem “evidenciar uma unidade familiar e um sistema moral bastante fortalecido diante das circunstâncias desfavoráveis da vida delas”⁴ (YUNES, 2001 *apud* COSTA e MARRA, 2013).

Depreende-se, a partir dessas observações, que o modelo relacional de família internalizado- a família nuclear- leva os/as profissionais que estudam e lidam com as famílias, a tratarem as novas configurações familiares numa perspectiva de desigualdade ou incompletude. Sob essa ótica, como o/as profissionais em educação, diante da pluralidade e diversidade de configurações familiares, que são realidades comuns na sociedade contemporânea, podem lidar com as demandas que se apresentam no ambiente escolar sem que incorram em negações e preconceitos?

O professor é imbuído de subjetividades. Invariavelmente, suas percepções impregnarão sua prática. Leal e Moreira (2011) sinalizam que a dinâmica familiar é envolta em complexidade, haja vista que é preciso considerar que a família é um dos setores da sociedade que mais passou por transformações entre as décadas de 70 e 90. Estas décadas tiveram grande impacto nos valores culturais, à medida que foram marcadas pela inserção da mulher no mercado de trabalho, pela emancipação feminina e novas formas de vivenciar a maternidade e a conjugalidade. Atualmente há uma diversidade de famílias no que diz respeito à multiplicidade cultural, orientação sexual e composições. Nesse sentido, diferentes tipos de família têm sido

⁴ Sobre os dilemas, as problematizações do cotidiano, o funcionamento e a dinâmica e os processos e fatores de risco e proteção em famílias monoparentais femininas, ver Oliveira e Marra (2013) in: “Famílias Chefiadas por Mulheres Pobres e Monoparentalidade: Risco e Proteção”. Disponível em :<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010453932013000100011&lng=pt&nrm=iso>

descritos pelos pesquisadores da área. Dentre elas, a família homossexual ou casais homossexuais; família extensa; famílias multigeracionais; família reconstituída ou recasada; família de mãe ou pai solteiro; casais que coabitam/vivem juntos; viver com alguém cuidando dele (PETZOLD, 1996; STRATTON, 2003; TURNER e WEST, 1998 apud OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Nesse cenário de transformações na sociedade, sendo a escola e família agências socializadoras distintas, mas que apresentam que compartilham a tarefa de preparar os sujeitos para a vida, é importante entender como se estabelece a relação família-escola. Sobre essa temática, podem ser organizados dois grupos: o de enfoque sociológico e o de enfoque psicológico. Enquanto neste, a família é responsabilizada pela formação psicológica, naquele a família é responsável pela formação social e moral do indivíduo.

Tanto sob o prisma do enfoque psicológico quanto do enfoque sociológico, há uma tendência ao estabelecimento de tensões na relação família-escola, haja vista que ambos ensejam um modelo ideal, previamente estabelecido. Se, de acordo com o enfoque sociológico, para o bom funcionamento da escola, é necessário que as famílias adotem as mesmas estratégias de socialização por elas utilizadas- o que fatalmente desconsidera as diferentes estruturas, dinâmicas e funcionamento das famílias- sob o enfoque psicológico, tal situação também pode ocorrer. No enfoque psicológico, prevalece a ideia de que a família é a referência de vida da criança - o locus afetivo e condição essencial para seu desenvolvimento posterior. De acordo com esse entendimento, o rendimento escolar do/a aluno/a está diretamente relacionado à sua dinâmica familiar. Nessa perspectiva, “ganha status natural a crença de que uma “boa” dinâmica familiar é responsável pelo “bom” desempenho do aluno” (OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.102).

Ambos enfoques- sociológico e psicológico- ensejam a “representação de um modelo familiar certo/correto que ganha projeção e se naturaliza, tendo a própria escola como disseminadora da ideia de que algumas famílias operam de modo diverso do seu objetivo” (OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.102). Essa percepção pode trazer em seu bojo algumas distorções e situações que estigmatizam as famílias que vivem em diferentes configurações, não considerando o potencial de saúde e mecanismos de resiliência presentes nas mesmas.

Outro estudo, como o realizado por Leal e Moreira (2011) evidencia a problematização de que as mudanças nas famílias e em suas configurações, para os professores e futuros profissionais da educação, sujeitos desse trabalho, podem ser fontes de tensões entre a escola e a família, à medida que eles reconhecem a formação acadêmica insuficiente para tratar as demandas familiares na contemporaneidade. Relatam, ainda, a necessidade da “construção de uma abordagem interdisciplinar sobre a família; a necessidade de abordagens “sob perspectivas diversas- antropológica, sociológica, ética, étnica, religiosa, cultural, etc.” para tratar esse tema (LEAL e MOREIRA, 2011, p.75). Além disso, grande parte dos participantes da pesquisa residiam com famílias nucleares, composta por pai, mãe e um ou dois filhos, no máximo. Quando perguntados quem eles consideravam da família, grande parte se incluiu em famílias extensas, levando as autoras a concluírem que para eles, “os vínculos familiares extrapolam as fronteiras das residências” (LEAL e MOREIRA, 2011, p.74).

Os resultados supracitados sugerem que tensões entre escola e família, muitas vezes, decorrem da falta de conhecimento e reconhecimento de novas estruturas familiares no ambiente escolar. Isso é compatível com artigo escrito por Vitalle (2011), ao sinalizar que a maior parte daqueles que pesquisam e trabalham com família, por ter intimidade, já que todo mundo tem família, tem um modelo familiar internalizado (LAING, 1972 *apud* VITALLE, 2011, p. 46). Nesse sentido, esses profissionais, ao trabalharem a partir das próprias referências e dos modelos de relação familiar que lhes são próprios e caros, podem enfrentar conflitos quando se depararem com modelos familiares diversos, tratando-os numa perspectiva preconceituosa, desigual e de incompletude. Para Sarti (1999) *apud* Vitalle (2011, p. 46),

Quando se lida com famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos- como idealização ou realidade vivida- no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar o que se passa a partir de outros pontos de vista.

Diante desse contexto no qual se delinea uma relação família-escola potencialmente conflituosa, De Oliveira et. al (2008, p. 96) destacam em estudo que teve por objetivo mapear a produção científica sobre o impacto das diferentes configurações familiares, no desenvolvimento de crianças e adolescentes⁵ que

os diversos campos do conhecimento precisam refletir sobre essas diferentes configurações familiares associadas à herança dos modelos tradicionais, no sentido de procurar a qualidade de vida dos membros numa organização diferente, minimizando os efeitos negativos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

As relações entre escola e família sofrem interferência de fatores como estrutura e tradição de escolarização das famílias, classe social, meio urbano ou rural, número de filhos e ocupação dos pais. Quanto mais estreita for a relação da escola com a família, mais os profissionais em educação, se ao aproximarem das demandas familiares, lidarão com as relações em múltiplas dimensões -afetiva, econômica, social- e diversidades - hétero, homo, de pais e mães solteiras, filhos, agregados, etc. (FARIA FILHO, 2002; LEAL e MOREIRA, 2011).

Nessa conjuntura onde ideal e real são confrontados, é previsível que surjam tensões entre escola e família. Estas podem reverberar numa relação família-escola fragilizada, uma vez que o envolvimento dos pais na educação dos filhos, via atitudes de corresponsabilidade e participação ou colaboração em atividades, em eventos ou solicitações propostas pela escola podem ser comprometidas. Não se deve perder de vista que o ambiente escolar pode se constituir um espaço de intimidação para as diversidades familiares à medida que não consegue se aproximar e estabelecer um diálogo com essas novas estruturas.

Diante do exposto, é importante para os/as profissionais que lidam com as famílias, aqui destacamos os professores e professoras, se libertem da presunção da existência de modelo ideal de família. Não é adequado atribuir às diferentes

⁵ Os resultados também revelaram uma maior frequência de estudos que não encontraram mudanças e consequências significativas de diferentes configurações familiares para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. No entanto, percebeu-se que, entre os estudos que identificaram mudanças e consequências significativas, houve um predomínio das negativas em relação às positivas. Para as autoras, esses dados suscitam a ideia de estigmatização relacionada às configurações diferentes da família nuclear.

formas de organização encontradas, sobretudo, na população da periferia e das favelas e cortiços nas grandes cidades, o sentido estigmatizante que costuma ser atribuído na literatura psicológica e educacional aos modelos que divergem do modelo ideal de família. As famílias precisam ser tratadas como elas são e não como deveriam ser: seus membros vivem vidas reais e não fictícias. Os membros ausentes são compensados por outros. Libertando-se do modelo, liberta-se do preconceito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do estudo das famílias, há que se considerar algumas questões: essas famílias, cujos membros, pelo que discutido até aqui, unidos ou não pelos laços consanguíneos, estabelecem relações intersubjetivas particulares. Assim, cada família, dentro dos referenciais sociais e culturais de cada época e de cada sociedade, atribuirá diferentes significados à sua vivência e os indivíduos terão experiências singulares. Isso talvez ajude a entender porque, mesmo em situações familiares disruptivas, alguns indivíduos conseguem desenvolver mecanismos de resiliência.

Nesse contexto, estudar a importância das redes de apoio social e afetiva para formação de tramas que dificultam a individualização, ao passo em que viabilizam a existência da família como espaço de apoio e sustentação, pode dar instrumentos para que se entenda o porquê, mesmo com todas as transformações, as famílias, mesmo com toda diversidade em sua estrutura, sobrevivem como a “base de tudo”: o lugar onde se recebe, retribui e confia.

As concepções de família ainda são impregnadas de relações arquetípicas. Ainda se estuda família com base no senso comum. Daí a pertinência de estudos no escopo de entender o funcionamento e dinâmicas das famílias contemporâneas e sua relação com outra importante agência educadora e formadora de identidades: a escola. As narrativas precisam estar nos espaços onde se formam pessoas. Diante disso, a escola tem o desafio de, frente às transformações e novas demandas da sociedade contemporânea, promover práticas educativas democráticas que acolham e respeitem a diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V.M.P.; MOREIRA, L.V.C. Colaboradores das famílias na educação dos filhos: vantagens e desvantagens. In: MOREIRA, L.V.C e RABINOVICH, E.P. (Orgs.). Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p. 187 – 204.

BRITO, R.C.; KOLLER, S.H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, A. M. (Org.) O mundo social da criança: natureza e cultura em ação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. Cap. 7, pp. 115 -129.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Rev. bras. Psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010453932013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jun. 2019.

DE OLIVEIRA, Débora et al. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jun. 2008. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9172>>. Acesso em: 13 jun. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.9172>.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, Aug. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006>.

LEAL, T.C.M.; MOREIRA, L.V.C. A família e seu estudo na perspectiva de professores e formandos de um curso de licenciatura em pedagogia. In: MOREIRA, L.V.C e RABINOVICH, E.P. (Orgs.). Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p. 63 – 79.

MELLO, Sylvia Leser de. Classes populares, família e preconceito. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 123-130, 1992. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771992000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, C. B. E. de; MARINHO-ARAÚJO, C.M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas 27(1), p. 99-108 | janeiro – março 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2010000100012.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas (Org.); VITALE, Maria Amalia F. (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. PUC/SP: Cortez, 2010, p. 21-36.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set. 2002.

VITALLE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 45-62, set. 2002.